

129ª ATA REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA DO CARAGUAPREV

Aos dezessete dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, às 10h, a Diretoria Executiva do Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CaraguaPrev, realizou reunião ordinária em sua sede, localizada na Avenida Prestes Maia, número trezentos e dois, Centro, Caraguatatuba/SP. Presentes os membros da Diretoria Executiva: Pedro Ivo de Sousa Tau, Luana Moussalli Forcioni Guedes e Rose Ellen de Oliveira Faria. Dando abertura à reunião o Presidente do CaraguaPrev agradeceu a presença de todos e elencou os itens da pauta sendo: 1) Pró Gestão; 2) Censo Previdenciário 2021; 3) Substituição Índice Reajustes Contratos; 4) Avaliação Atuarial; 5) Pagamento Precatórios; e 6) Previdência Complementar. Inicialmente o Presidente do CaraguaPrev informou que as contas dos balanços gerais dos exercícios de 2016 e 2019 do CaraguaPrev foram aprovadas pelo Tribunal de Contas do estado de São Paulo. Após passou para o primeiro item da pauta que trata sobre o Pró Gestão, para tanto o CaraguaPrev promoveu uma audiência pública online no dia 10 de maio de 2021, às 18h, no site www.caraguaprev.sp.gov.br e pelas redes sociais da entidade (Facebook e <https://www.youtube.com/>), onde foi apresentado o Relatório de Governança Corporativa 2020, que é uma forma de prestação de contas à sociedade, e reforça o compromisso do CaraguaPrev com seus segurados e a população em geral. A governança corporativa diz respeito ao conjunto de processos, políticas e normas aplicadas a uma organização com o objetivo de consolidar boas práticas de gestão e garantir a proteção dos interesses de todos aqueles que se relacionam com o instituto, interna e externamente, aumentando a confiança de seus investidores e apoiadores, o relatório da Política de Investimentos que tem como pano de fundo o conceito de equilíbrio e perenidade dos planos de benefícios. É um dos processos estratégicos do RPPS, pois a adequada administração dos ativos com base em parâmetros de rentabilidade visa à manutenção do equilíbrio financeiro, atuarial e os limites de diversificação de aplicação dos recursos e concentração da verba, previstas na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.922/2010 e o Relatório de Avaliação Atuarial, que é o estudo técnico desenvolvido com base nas características biométricas (probabilidade de vida, morte e invalidez), demográficas e econômicas da população analisada, com o objetivo principal de estabelecer os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios dos segurados. Todos os relatórios estão previamente aprovados pelos Conselhos Fiscal e Deliberativo, necessários à certificação do CaraguaPrev no programa Pró-Gestão – RPPS

(Regime Próprio de Previdência Social) Secretaria Especial de Previdência (SPREV) do Ministério da Economia. Informou ainda que foi efetivada a contratação da Certificadora ICQ Brasil – Instituto de Certificação Qualidade Brasil para a certificação de nível I, sendo que só 103 (cento e três) dos 2.100 (dois mil e cem) Regimes Próprios de Previdência Municipal possuem certificação, aproveitando para agradecer e parabenizar todos pelo engajamento de toda equipe. O segundo item da pauta trata do Censo Previdenciário e Funcional, informou que foi publicado o Decreto Municipal n.º 1.462, de 18 de maio de 2021, que dispõe sobre recenseamento previdenciário e funcional obrigatório dos servidores públicos municipais titulares de cargos de provimento efetivo e ativos e dos aposentados e pensionistas, regulamentando o censo que ocorrerá no período de 01 de julho de 2021 a 30 de setembro de 2021, de forma remota, através do site do CaraguaPrev, estando os envolvidos em treinamento. Em seguida, o terceiro item da pauta, que trata da Substituição Índice Reajustes Contratos, a Diretoria Executiva deliberou e aprovou a comunicação às empresas contratadas que possuam cláusula de reajuste pelo Índice Geral de Preços — Mercado (IGP-M) para que seja feita a substituição pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), visando a redução de despesas para o equilíbrio orçamentário e financeiro da autarquia municipal. O reajuste muito acima da média dos últimos anos do Índice Geral de Preços — Mercado (IGP-M), índice de inflação calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), já acumula 32% nos últimos 12 meses e, por isso, é necessária a substituição do Índice de reajuste anual dos contratos. Nas diversas medidas necessárias para o contingenciamento das despesas da Administração Pública Direta e Indireta é a substituição do Índice de reajuste anual dos contratos, do Índice Geral de Preços — Mercado (IGP-M) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), visando à redução de despesas para o equilíbrio orçamentário e financeiro da autarquia municipal. Passou-se ao quarto item da pauta que trata da Avaliação Atuarial, onde foi protocolada uma cópia da referida Avaliação na Prefeitura Municipal, na Câmara Municipal e na FUNDACC a Avaliação Atuarial 2021 para as devidas providências e também protocolado no Gabinete do Prefeito o Ofício n.º 071/2021, a minuta do Projeto de Lei para equacionamento do Plano de Amortização do Déficit Atuarial, constante da Avaliação Atuarial 2021. Após passou-se para o quinto item da pauta que trata do Pagamento Precatório, que são requisições de pagamento expedidas pelo Judiciário para cobrar o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva, dos valores de ações de natureza alimentar, sendo seu pagamento obrigatório ao longo do ano de 2021, obedecendo a ordem processual, devendo a matéria ser levada à discussão e deliberação pelo Comitê de

Investimentos e Conselho Deliberativo. Em seguida tratou sobre o sexto item da pauta sobre o Projeto de Lei para implementação da Previdência Complementar, que já foi debatido em reunião com os Conselhos do CaraguaPrev e com os envolvidos da Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Administração e protocolado o processo n.º 9.639/2021 no Gabinete do Sr. Prefeito Municipal, devendo ingressar para pauta de votação na Câmara Municipal nos próximos dias. Registre-se que no mês de abril de 2021 foram concedidas 12 (doze) aposentadorias e 05 (cinco) pensões. Até o presente mês o CaraguaPrev gerencia o total de 715 (setecentas e quinze) aposentadorias e pensões, sendo responsável pelos futuros benefícios previdenciários de aproximadamente 4.015 (quatro mil e quinze) servidores da Prefeitura, Câmara, FUNDACC e CaraguaPrev. Registre-se que o Certificado de Regularidade Previdenciária está vigente até o dia 29 de maio de 2021. Nada mais havendo a tratar, encerrada a reunião às 11 horas e 30 minutos, lavrada a competente Ata, que segue, para aprovação pelos membros da Diretoria Executiva e presentes.

PEDRO IVO DE SOUSA TAU
Presidente do CaraguaPrev
Certificação: ANBIMA CPA-10

LUANA M. FORCIONI GUEDES
Diretora Financeira do CaraguaPrev
Certificação: ANBIMA CPA-10

ROSE ELLEN DE OLIVEIRA FARIA
Diretora de Benefícios do CaraguaPrev